



**LEI COMPLEMENTAR N.º 440, DE 12 DE JUNHO DE 2007**

Prevê, para loteamentos e condomínios horizontais, exigências sobre sinalização de trânsito, calçadas e guias.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ**, Estado de São Paulo, de acordo com o que decretou a Câmara Municipal em Sessão Ordinária realizada no dia 29 de maio de 2007, **PROMULGA** a seguinte *Lei Complementar*:

**Art. 1º** - Em todos os loteamentos e condomínios horizontais novos, antes da abertura de suas vias pavimentadas ao trânsito, o empreendedor deverá provê-las de sinalização horizontal e vertical indicativas das prioridades de circulação, de forma a garantir as condições adequadas de segurança.

**Parágrafo único** - O material utilizado na sinalização deverá atender o padrão estabelecido pela CET/DSV-SP, obrigando-se o empreendedor a comprovar sua qualidade, através de laudos técnicos.

**Art. 2º** - Em loteamentos fechados e condomínios horizontais o ônus e responsabilidade pela substituição das placas de sinalização danificadas e a repintura da sinalização de solo será dos moradores.

**Art. 3º** - Os projetos deverão ser previamente aprovados pela Secretaria Municipal de Transportes e obedecer no mínimo as especificações constantes do Anexo I desta Lei Complementar, e as disposições do Código de Trânsito Brasileiro e seus anexos.

**Art. 4º** - As calçadas/passeios deverão ser entregues com superfície regular, firme, estável e antiderrapante, sob qualquer condição climática e isenta de quaisquer degraus.

**Parágrafo único** - A inclinação longitudinal deverá ser a mesma da faixa de rolamento, admitindo-se até 2% de declividade transversal.



(Lei Complementar n.º 440/2017)


**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - SP**

**Art. 5º** - Em todas as esquinas deverão ser providenciados os rebaixamentos das guias, de acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas, de forma a permitirem a circulação de pessoas com deficiência ambulatorial total, usuárias de cadeira de rodas.


**Art. 6º** - As exigências decorrentes desta Lei Complementar deverão constar do termo de compromisso, de que trata o art. 17 da Lei Complementar n.º 416, de 29 de dezembro de 2004.

**Art. 7º** - Excetua-se dos efeitos desta Lei Complementar os projetos protocolizados para análise e aprovação com data anterior à entrada em vigor desta Lei Complementar.

**Art. 8º** - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

  
**ARY FOSSEN**  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos da Prefeitura do Município de Jundiaí, aos doze dias do mês de junho de dois mil e sete.

  
**AMAURI GAVIÃO ALMEIDA MARQUES DA SILVA**  
Secretário Municipal de Negócios Jurídicos